

O MÉTODO FENOMENOGRÁFICO NA PESQUISA CIENTÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE SEU USO

The Phenomenographic Method in the Brazilian Administration Research Field: analysis and discussion on its use

Laís Silveira Santos

Doutoranda em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC), Florianópolis, SC, Brasil.
e-mail: lais.ssantos@yahoo.com.br

Graziela Dias Alperstedt

Doutora em Engenharia da Produção. Professora associada do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil.
e-mail: gradial@gmail.com

Fernanda Geremias Leal

Doutoranda em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC), Florianópolis, SC, Brasil.
e-mail: fernanda.leal@ufsc.br

Simone Ghisi Feuerschütte

Doutora em Engenharia da Produção. Professora associada do Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil.
e-mail: ghisi.simone@gmail.com

■ RESUMO

A fenomenografia é um método de pesquisa que visa à apreensão de diversas concepções acerca de um fenômeno, com base no pressuposto de que os indivíduos, fundamentados em suas vivências, têm maneiras diferentes de experienciar a realidade. Este artigo busca analisar a utilização, os desafios e as perspectivas de uso desse método no contexto do campo de pesquisa em Administração no Brasil. Para tanto, apresenta um resgate teórico da fenomenografia, bem como uma revisão sistemática de teses, dissertações e artigos científicos que adotaram o método, para posterior análise dos seus conteúdos. Os resultados demonstram que os estudos fenomenográficos em Administração emergiram no Brasil por volta de 2008. Apesar de seu principal aspecto restritivo ser a sua aplicabilidade, segundo os estudos analisados, a fenomenografia pode ser considerada uma abordagem adequada na busca pela compreensão de fenômenos sociais em organizações, constituindo-se como possível estratégia complementar a outras modalidades de pesquisa.

Palavras-chave: Fenomenografia. Método Fenomenográfico. Método qualitativo.

■ ABSTRACT

Phenomenography is a qualitative method of research that seeks to capture diverse conceptions about a phenomenon, given the assumption that individuals, based on their experiences, have different ways of experiencing reality. This article seeks to analyze the use, the challenges and the perspectives of use of this method in the context of research in Administration in Brazil. For doing so, it presents a theoretical review on phenomenography, as well as a systematic literature review of doctoral dissertations, master theses, and scientific articles that adopted the method, and analyze their contents. The results demonstrate that phenomenography has been used in the Brazilian Administration field since approximately 2008. Although the main restrictive aspect is its applicability, according to the analyzed literature, phenomenography can be considered a significant approach in the understanding of social phenomena in organizations, referring to a possible complementary strategy to other methods of research.

Keywords: Phenomenography; Phenomenographic method. Qualitative method.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da pesquisa qualitativa é marcado por um contexto multicultural, histórico, que tem a etnografia como um de seus fundamentos. Tal abrangência se manifesta nas diferentes posturas epistemológicas, nas tensões, nos limites e nos avanços metodológicos que tipificam a abordagem e suas práticas (DENZIN; LINCOLN, 2006). As posturas epistemológicas encontradas nesse tipo de pesquisa enxergam os fenômenos sociais a partir de diferentes lentes de análise, mas que não são necessariamente antagônicas. Há, em abordagens como o interpretativismo, a hermenêutica filosófica e o construtivismo social, elementos em comum que garantem à abordagem qualitativa a manutenção de sua essência, como a fidelidade em relação aos fenômenos, o respeito pela experiência de vida e a atenção aos detalhes do cotidiano (SCHWANDT, 2006).

A legitimidade da pesquisa qualitativa exige do pesquisador atenção ao rigor científico, com ética e respeito aos sujeitos e fenômenos, além do correto uso das técnicas de coleta e de análise de dados, entre outros fatores que, se desconsiderados, podem comprometer sua validação. Nesse sentido, e diante da complexidade subjacente aos fenômenos focalizados pela pesquisa qualitativa e do desenvolvimento de novas práticas de investigação, emergem técnicas e perspectivas de se trabalhar com dados qualitativos que podem contribuir para responder à “crise da validade”, a qual, talvez, represente a principal tensão da abordagem. Para que o pesquisador qualitativo tenha um olhar mais aproximado do “todo” e para que os resultados de sua pesquisa sejam mais confiáveis, é imprescindível que ele questione o papel da própria metodologia e dos critérios de avaliação; que se posicione como um “confeccionador de colchas”, que “costura, edita e reúne pedaços da realidade” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 19).

Esses desafios parecem se justificar, em certa medida, pela “juventude” da investigação qualitativa. Dado que a formalização desse delineamento intensificou-se na década de 1970, Silverman (2009) aponta para o seu crescente desenvolvimento como abordagem de investigação social, capaz, inclusive, de participar da criação de instituições e de reconstruções da realidade social, além de viabilizar a com-

plementaridade entre métodos. Ela pode, ainda, ser reconhecida como uma reação à forma tradicional de “fazer ciência”. Dada a complexidade dos fenômenos estudados sob seu enfoque, a abordagem qualitativa amplia a compreensão e permite o surgimento de novas possibilidades epistemológicas, tornando-se um dos possíveis caminhos para essa abertura (CHUEKE; LIMA, 2012).

A partir dessas percepções, pesquisadores têm se dedicado ao estudo da abordagem qualitativa em si, como um importante método para o desvelamento de fenômenos de pesquisa nas ciências sociais e, mais especificamente, no campo da Administração (GERGEN; GERGEN, 2006). Essa constatação pode ser observada, por exemplo, na divisão acadêmica “Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade”, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD); nos temas contemplados pelo Encontro anual da ANPAD (EnANPAD): “Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologias nos Estudos Organizacionais” e “Estratégias e Métodos de Pesquisa Quantitativos e Qualitativos”; bem como nos programas de pós-graduação em Administração, que têm inserido em seus conteúdos disciplinares a discussão de novos ou não tão habituais estratégias de pesquisa. Esse parece ser o caso do método fenomenográfico, foco de discussão neste artigo.

Em busca de discussões realizadas nos eventos da ANPAD acerca do referido método, tanto em forma teórica quanto empírica, encontramos o artigo “Fenomenografia e a valoração do conhecimento nas organizações: diálogo entre método e fenômeno” (CHERMAN; ROCHA-PINTO, 2015), apresentado e premiado no XXXIX EnANPAD. Inspiradas neste trabalho de Cherman e Rocha-Pinto (2015) e em outros da mesma natureza, que nos possibilitaram conhecer a fenomenografia como método de pesquisa qualitativa, objetivamos, neste artigo, **analisar a utilização, os desafios metodológicos e as perspectivas de uso do método fenomenográfico no contexto dos estudos no campo da Administração no Brasil.**

Com vistas a alcançar tal propósito, optamos por desenvolver uma pesquisa de natureza bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa. Inicialmente, realizamos um resgate teórico da fenomenografia a partir da literatura internacional sobre o tema, in-

cluindo o contexto do seu surgimento, os conceitos e significados mais comumente atribuídos ao método, suas potencialidades e limites, além de particularidades em relação a outras abordagens e os contextos nos quais ele tem sido adotado com maior frequência.

Na sequência, realizamos uma revisão sistemática de teses e dissertações indexadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, de onde foram selecionados estudos *stricto sensu* da área da Administração desenvolvidos com o método fenomenográfico e publicados até 2017. Consideramos, ainda, artigos científicos publicados em periódicos científicos nacionais, reconhecidos e indexados à base de dados Spell (ANPAD) e disponíveis nos anais dos eventos científicos da ANPAD. Esse procedimento antecedeu a análise dos conteúdos de tais trabalhos a partir de categorias definidas. Esperamos, com esses procedimentos sistemáticos, viabilizar uma maior compreensão do método, de suas características e de suas aplicações no campo de pesquisa em evidência.

2 UM MÉTODO QUALITATIVO EM EVIDÊNCIA: A FENOMENOGRAFIA

Desenvolvida durante a década de 1970 por um grupo de pesquisa formado por Ference Marton, Roger Säljö, Lars-Öwe Dahlgren e Lennart Svensson, do Departamento de Educação da *University of Gothenburg* (Suécia), e adotada por grupos de diversos outros países – com maior impacto na Austrália e no Reino Unido (RICHARDSON, 1999; TIGHT, 2016) –, a fenomenografia é um método de pesquisa qualitativa que visa à apreensão das diversas concepções dos indivíduos acerca de um fenômeno. Seu pressuposto essencial é de que os indivíduos, baseados em suas experiências, têm maneiras qualitativamente diferentes de vivenciar, conceituar, perceber e compreender aspectos do mundo, concebidos como fragmentos da realidade, ao seu redor (MARTON, 1986; 2015; BOWDEN, 2000; SIN, 2010; MARTON; PANG, 2013; SANTOS; SILVA, 2015; CHERMAN; ROCHA-PINTO, 2015; TIGHT, 2016; FELDON; TOFEL-GREHL, 2018).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de base empírica cuja preocupação central é explorar as relações

existentes entre as experiências dos seres humanos e o mundo, e cujo objetivo é a descrição, a análise e a compreensão das variadas formas como as pessoas interpretam aspectos significativos da sua realidade (MARTON, 1981; 1986; 2015; LARSSON; HOLMSTRON, 2007; SIN, 2010; MARTON; PANG, 2013). Tais aspectos são supostamente compartilhados entre os membros de um tipo de sociedade particular, o que faz com que haja um número limitado de maneiras pelas quais eles possam ser percebidos, compreendidos e vivenciados (TIGHT, 2016). É importante ressaltar, nesse sentido, que “a fenomenografia não diz quais são as formas em que as pessoas enxergam algo. Diz como as suas formas de enxergar algo variam (entre pessoas em mesmas circunstâncias e/ou entre pessoas em circunstâncias diferentes)” (MARTON; PANG, 2013, p. 31, tradução livre).

Para Marton (1981, p. 178), descobrir as diferentes maneiras pelas quais as pessoas “experenciam, interpretam, entendem, apreendem, percebem ou conceituam vários aspectos da realidade”, além de ser interessante por si só, tem um significativo potencial pedagógico. O autor também destaca que as descrições emergentes da fenomenografia são autônomas. Entretanto, alguns aspectos desfavoráveis sobre o método podem ser pontuados, como a crítica à dificuldade de validação, à falta de poder de previsão, aos vieses dos pesquisadores e à negação da voz do indivíduo, tendo em vista a categorização do fenômeno em análise (BOWDEN, 2000). Portanto, os aspectos de validade e confiabilidade dessa abordagem empírica têm sido questionados (SIN, 2010).

A despeito de tais controvérsias, o método vem sendo consideravelmente utilizado, sobretudo na pesquisa sobre ensino e aprendizagem, no campo da psicologia educacional (BOWDEN, 2000; MARTON, 2015) e, em grande medida, na pesquisa em educação superior (TIGHT, 2016). Nas palavras de Marton (1986, p. 141, tradução livre), “fenomenografia é uma abordagem de pesquisa projetada para responder a certas perguntas sobre o pensamento e a aprendizagem”. Amaro e Brunstein (2011) reforçam que o método foi concebido para compreender por que alguns estudantes aprendem melhor determinados conteúdos, em relação a outros estudantes. Já Santos e Silva (2015, p. 2) complementam que o uso da fenomenografia no contexto da educação “propõe um

olhar mais amplo para compreender e descrever o impacto do processo de aprendizagem no aluno, por meio de suas experiências”.

Diferentemente do que ocorre na psicologia tradicional – que caracteriza o processo de percepção e de pensamento em termos gerais para estabelecer “leis” que possam ser aplicadas independentemente da situação ou do assunto – na fenomenografia o conteúdo do pensamento, objeto da percepção, é central: há um esforço para que o entendimento das pessoas sobre o fenômeno seja descrito em detalhes, e para que tais detalhes sejam classificados em categorias conceituais. Na realidade, diversos estudos demonstram a forma como um determinado fenômeno pode ser percebido por pessoas com diferentes características. O que distingue tais estudos dos realizados sob a lente da fenomenografia é que, na maioria dos casos, suas descobertas têm valor instrumental, para fins de generalização, sem a caracterização dos modos distintos pelos quais as pessoas interpretam a centralidade dos fenômenos, como é o caso da fenomenografia “pura” de Marton. Nesta, os resultados, por si só, constituem o objetivo central da investigação; não tendo como intenção direta, portanto, o uso dos resultados para promover mudanças nos indivíduos (MARTON, 1986; BOWDEN, 2000; SIN, 2010).

Outra particularidade do método ocorre na etapa de análise dos dados coletados; como observa Tight (2016, p. 324, tradução livre), “alguns fenomenógrafos insistem na importância de ‘afastar-se’ de todos os conhecimentos prévios sobre o conceito em análise ao longo do processo”. Essa característica de “afastamento” dos conceitos prévios, por outro lado, faz com que uma abordagem em particular com a qual a fenomenografia se relacione seja a fenomenologia, haja vista os pressupostos ontológicos e epistemológicos que elas compartilham (MARTON, 1986; LARSSON; HOLMSTRON, 2007; CIBANGU; HEPWORTH, 2015; FELDON; COLBY; TOFEL-GREHL, 2018). Nesse aspecto, cabe pontuar que a fenomenologia se refere a um movimento filosófico de longa tradição, baseado no método analítico denominado “redução fenomenológica”, que consiste na “suspensão” das crenças em relação aos objetos, para focar em suas essências; ou seja, seu propósito consiste em “voltar-se às coisas em si” (RICHARDSON, 1999; CIBANGU; HEPWORTH, 2015).

Na interpretação de Cibangu e Hepworth (2015), a fenomenografia se apresenta como um subconjunto da fenomenologia, mas seu discurso acaba se relacionando mais estreitamente ao positivismo. Tais abordagens têm diferentes objetivos e métodos e, portanto, implicam em diferentes resultados. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, na pesquisa comparativa na área da saúde desenvolvida por Larsson e Holmstron (2007) que, por meio do método fenomenológico, estudam a essência de “ser um anestesiológico” e, por meio no método fenomenográfico, estudam as diferentes formas de compreender e dar sentido ao trabalho de anestesiológico. Em outros termos, como Tofel e Grehl (2018) observam, a fenomenografia e a fenomenologia divergem, sobretudo, porque o pensamento ou a experiência pessoal acerca de um fenômeno não equivalem ao fenômeno em si.

O método fenomenográfico pode, ainda, ser complementar a outras abordagens de pesquisa, inclusive fora do campo da educação, onde estão suas raízes e ao qual se refere a maior parte dos estudos publicados (MARTON, 1981; 1986; 2015; RICHARDSON, 1999; BOWDEN, 2000; LARSSON; HOLMSTROM, 2007; TIGHT, 2016; FELDON; TOFEL-GREHL, 2018). Entre os outros campos que utilizam a fenomenografia estão a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e a Saúde. Trata-se de um método ainda pouco usado nos estudos organizacionais (DUNKIN, 2000; AMARO, 2012; CHERMAN; ROCHA PINTO, 2015), mas que pode ter sua relevância, em particular, por permitir o desvelamento de fenômenos complexos e pouco explorados junto aos sujeitos que os percebem, vivenciam e interpretam em suas experiências nas organizações (DUNKIN, 2000).

3 PRINCIPAIS ETAPAS DO MÉTODO FENOMENOGRÁFICO

Assim como em outros tipos de pesquisa qualitativa, no caso da fenomenografia os pesquisadores precisam ter clareza dos objetivos do estudo e das estratégias que lhes permitirão alcançar os resultados em que estão interessados (BOWDEN, 2000). Vale dizer que poucas obras fornecem detalhes sobre a estruturação de suas etapas. Além disso, as publicações mais recentes apontam para o fato de que há

variações consideráveis de práticas entre os estudos fenomenográficos (TIGHT, 2016). De acordo com Lopes (2012, p. 85), apesar de o desenvolvimento da fenomenografia ter iniciado na década de 1970, “[...] somente no final da década de 1990 começou a ser desenvolvida uma literatura que descrevesse os requisitos metodológicos apropriados do método”.

Marton (1981; 1986; 2015) e Bowden (2000) são os autores que descrevem em termos mais precisos como a fenomenografia é conduzida. Tight (2016, p. 320, tradução livre) observa que “os fenomenógrafos adotam uma estratégia metodológica particular (embora com algumas variações) para a coleta e análise dos dados”. De modo geral, o processo engloba quatro etapas principais, seguindo a mesma orientação de outros delineamentos de pesquisa: planejamento, coleta, análise e interpretação dos dados. Os objetivos da pesquisa, elaborados na etapa de planejamento, devem ser articulados de modo a nortear todas as ações subsequentes.

A entrevista é a principal fonte para a coleta de dados fenomenográficos (MARTON, 1986; RICHARDSON, 1999; BOWDEN; GREEN, 2005; LARSSON; HOLMSTROM, 2007; SIN, 2010; SANTOS; SILVA, 2015; TIGHT, 2016), com o propósito de explorar as experiências vividas pelos entrevistados e seus significados conceituais acerca do fenômeno de interesse (SIN, 2010). As perguntas em si, bem como a forma de aplicá-las, são procedimentos relevantes para o uso adequado do método. Elas permitem a elaboração de um diagnóstico que deve revelar as maneiras qualitativamente diferentes pelas quais um fenômeno é compreendido em determinado contexto. Nesse sentido, as questões devem ser tão abertas quanto possível, para que os indivíduos tenham a liberdade de escolher as dimensões que eles desejam abordar em suas respostas, uma vez que tais dimensões traduzem aspectos relevantes de sua estrutura e, por isso, também são consideradas dados. Os conceitos norteadores das questões, portanto, não são necessariamente nelas explicitados. Pode-se, por exemplo, pedir aos entrevistados que descrevam uma experiência recente relacionada às questões de interesse (MARTON, 1986; BOWDEN, 2000; BOWDEN; GREEN, 2005; SIN, 2010).

Ainda em relação à coleta dos dados, Bowden e Green (2005) evidenciam que a quantidade de entre-

vistados varia, mas que entre vinte e trinta sujeitos é o ideal. Sin (2010) aponta para a importância de que as entrevistas sejam gravadas e transcritas. Já Santos e Silva (2015) recomendam, além de entrevistas, o uso de instrumentos de coleta complementares, tais como grupos de discussão, desenhos, observação e análise documental. No entendimento desses autores é importante que o instrumento de coleta de dados incentive o diálogo em torno do fenômeno. Tight (2016, p. 320, tradução nossa) segue nessa linha, ao mencionar que “outras formas de dados [além das entrevistas], tais como respostas escritas, também podem ser adotadas”.

Quanto à análise dos dados, Marton (1986) argumenta que não é possível especificar técnicas exatas na pesquisa fenomenográfica. O autor alerta que não há algoritmos que permitam desvendar maneiras qualitativamente diferentes pelas quais as pessoas conceituam um fenômeno. Larsson e Holmstrom (2007) também evidenciam que nessa abordagem a análise dos dados pode ser conduzida de diferentes formas, entretanto, os aspectos estruturais e referenciais do fenômeno estudado devem ser considerados. Nesse sentido, ter em vista o questionamento “quando os informantes falam sobre esse fenômeno: o que [*what*] eles falam e como [*how*] eles falam?” é essencial para esse estágio da pesquisa fenomenográfica.

Marton (1986; 2015) descreve três etapas gerais a serem seguidas na análise dos dados. A **primeira etapa** diz respeito a uma espécie de processo de seleção, feita com base em critérios de pertinência. Enunciados relevantes para a questão a ser investigada são selecionados e marcados. Na **segunda etapa**, o fenômeno em análise é estreitado e interpretado a partir das citações selecionadas de todas as transcrições, considerando os seus contextos. Tais citações compõem o conjunto de dados que forma a base da etapa seguinte. Na **terceira etapa**, a atenção do pesquisador é deslocada dos sujeitos da pesquisa para os significados embutidos em suas citações. Assim, os limites que separam os indivíduos são abandonados e o interesse passa a estar centrado no “conjunto de significados” (*pool of meanings*) descoberto nos dados. Trata-se de uma “descontextualização”, considerando que cada citação pertence a dois contextos: a própria entrevista e seu “conjunto de significados” (MARTON, 1986).

Portanto, a interpretação é um procedimento interativo, que se dá entre esses dois contextos. Nesse aspecto, Richardson (1999) chama a atenção sobre como os procedimentos analíticos na fenomenografia se equiparam, em muitos aspectos, aos da *Grounded Theory*. Como resultado do trabalho interpretativo as citações são reunidas, conforme suas similaridades, em categorias (diferenciadas umas das outras em termos de discrepâncias) (SIN, 2010), as quais são

dispostas hierarquicamente (SANTOS; SILVA, 2015; FELDON; TOFEL-GREHL, 2018).

O mapeamento da relação entre as concepções dá origem ao que Marton (1981, p. 198) denomina “intelecto coletivo”, um conjunto estruturado de ideias, concepções e crenças subjacentes às possíveis interpretações ou construções da realidade. Tal conjunto é continuamente aprimorado, pois novas possibilidades são continuamente acrescentadas. A Figura 1 sintetiza as principais ações do método.

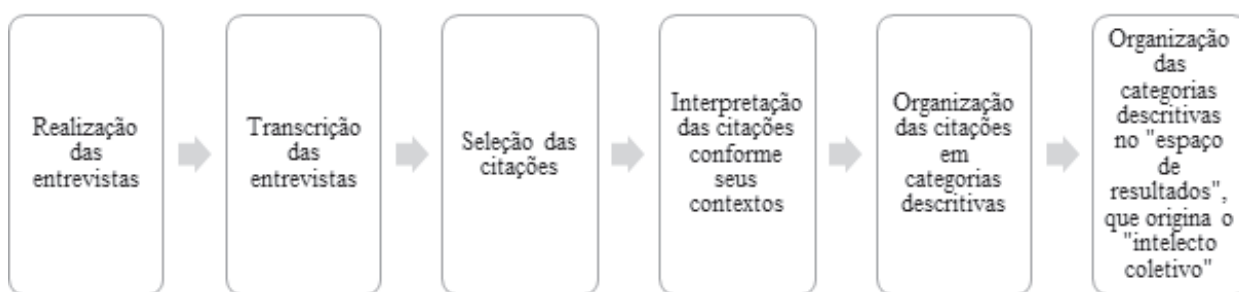


Figura 1 Principais ações do método fenomenográfico

Fonte: Elaborada com base em Marton, (1981; 1986; 2015); Bowden, (2000); Bowden; Green (2005); Larsson; Holmstrom (2007); Sin (2010); Cherman; Rocha-Pinto, (2015); Santos; Silva, (2015); Tight (2016).

O procedimento descrito por Marton (1986) requer uma análise dialética, caracterizada pela classificação e reclassificação contínuas, de modo que as definições para as categorias são testadas em contraste aos dados, ajustadas, reanalisadas e ajustadas novamente. Os significados são desenvolvidos durante o processo de comparação e categorização: quando os significados das categorias começam a se formar, eles próprios determinam quais enunciados devem ser incluídos ou excluídos. Portanto, “trata-se de um processo tedioso, demorado, trabalhoso e interativo” (MARTON, 1986, p. 42, tradução nossa); “um processo complexo e exigente, principalmente para novos pesquisadores” (SIN, 2010, p. 315, tradução livre).

Sobre este último processo, Walsh (2000) argumenta que os vieses dos pesquisadores podem interferir nos resultados da pesquisa quando as categorias são extraídas dos dados. Bowden (1994) e Bowden e Green (2005) também concordam que, pelo fato de os investigadores individuais trabalharem por conta

própria, sua análise pode ser fortemente influenciada por seus vieses no início do desenvolvimento das categorias descritivas. Até certo ponto, esse problema pode ser superado por meio do trabalho em equipe, de modo que uma série de pesquisadores – intitulados “desafiadores” (*challengers*) – apoie o pesquisador principal, lendo as categorias em contraste com os dados, a fim de chegar a um acordo sobre o conjunto refinado de categorias (BOWDEN, 1994; WALSH, 2000; BOWDEN; GREEN, 2005). Nas palavras de Sandberg (1995, p. 157, tradução livre): “[...] quanto mais fiéis os pesquisadores forem em relação às concepções individuais acerca de um aspecto da realidade, mais perto eles estarão de compreender o ensino, a aprendizagem ou outros tipos de interação humana na sociedade”. Essa visão é compartilhada por Sin (2010, p. 3015, tradução nossa), que considera que “a supervisão de um fenomenógrafo experiente é inestimável e necessária para a garantia da qualidade”.

4 PROCEDIMENTOS DE DELIMITAÇÃO E ANÁLISE DOS ESTUDOS FENOMENOGRÁFICOS EM ADMINISTRAÇÃO

A fim de analisar a produção acadêmica sobre o método de pesquisa qualitativa em evidência – a fenomenografia – a principal estratégia utilizada para a coleta de dados foi o levantamento bibliográfico das teses, dissertações e artigos científicos publicados sobre o tema no Brasil, no campo dos estudos organizacionais, sem restrição temporal. O **levantamento das teses e dissertações** foi realizado junto ao portal Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em 11 de maio de 2018. Foram selecionados estudos publicados na área da Administração (critério 1) que tivessem indexadas uma das seguintes palavras-chaves (critério 2): fenomenografia, método fenomenográfico e estudo fenomenográfico. Não houve delimitação temporal para a busca. Assim, foram localizadas todas as dissertações e teses que atingissem os critérios definidos. Após a leitura prévia dos resumos, os trabalhos encontrados foram analisados na íntegra, sendo selecionados aqueles em que, de fato, tivesse sido empregado o método fenomenográfico.

O levantamento bibliográfico de artigos, por sua vez, foi primeiramente realizado a partir da base Spell (ANPAD), em 12 de maio de 2018. Trata-se de um repositório brasileiro de artigos que, no momento da pesquisa, contemplava 119 diferentes periódicos das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo. O uso desta base se justifica tanto pela possibilidade de selecionar a área de conhecimento na busca, quanto pela significativa quantidade de periódicos da área de Administração nela indexados. Limitou-se a pesquisa aos artigos que tivessem indexadas uma das seguintes palavras-chaves (critério 1): fenomenografia, método fenomenográfico e estudo fenomenográfico, e em artigos de periódicos classificados no Qualis da CAPES como A1 a B2 (critério 2). Sequencialmente, em 13 de maio de 2018, foram realizadas buscas nos anais dos eventos científicos da ANPAD. Para a pesquisa nesta fonte também foram utilizadas as mesmas palavras-chaves das buscas anteriores e, em ambas as buscas, não houve delimitação temporal.¹

Após a definição das teses, dissertações e artigos que constituíram o foco de estudo, chegamos ao total de 26 trabalhos que seriam analisados: quatro teses, onze dissertações e onze artigos científicos, conforme sistematizado na Figura 2.

TESES – 4 ESTUDOS		
Ano	Autor	Título
2012	Rubens de Araujo Amaro	Concepções de empreender e o desenvolvimento da competência empreendedora: um estudo à luz da fenomenografia
2012	Ana Luiza Szuchmacher Verissimo Lopes	Autonomia no trabalho na perspectiva de um grupo de profissionais especializados: um estudo fenomenográfico
2013	Andrea Cherman	Valoração do conhecimento nas organizações: percepções dos indivíduos e impactos nas práticas organizacionais
2016	Sergio Carlos de Sousa Pereira	Suporte organizacional percebido na Marinha do Brasil: em busca do fogo sagrado
DISSERTAÇÕES – 11 ESTUDOS		
Ano	Autor	Título
2010	Rafael Sabbagh Armony	Fatores críticos para a prática de valores ágeis em equipes de tecnologia da informação
2010	Bianca Sniderman	A contribuição do <i>coaching</i> executivo para o aprendizado individual: a percepção dos executivos

¹ Durante o processo de busca, um resultado foi excluído do conjunto de trabalhos para análise por se tratar de uma versão preliminar e em construção do presente artigo.

2010	Philippe Deschamps Gonçalves Dias	A diversidade em equipes sob a ótica do gerente de projetos
2011	Gustavo Leonette de Moura Estevão	O novo papel de recursos humanos: o que é RH estratégico e qual é a sua contribuição para os negócios
2011	Silvia Bertossi Heidrich	Concepções de <i>fair play</i> e as competências dos gestores para um jogo limpo nas organizações: uma análise fenomenográfica
2011	Betânia Dumoulin dos Reis	A gestão de mudanças em organizações brasileiras de interesse público: uma perspectiva dos consultores
2012	Alexandre Spiguel Fernandes de Sant Anna	Aprendizagem no ciclo-de-vida de projetos em empresas públicas e organizações governamentais: a percepção dos gestores de projetos
2015	Samantha Luiza de Souza Broman	Como os gestores percebem a formação de competências coletivas em suas experiências com rotinas organizacionais
2016	Erick Cardoso da Silva Figueira	Compreendendo as rotinas organizacionais: percepção de consultores em suas experiências de campo
2016	Luciana Cabral Farias	Educação para sustentabilidade em Administração: uma análise das concepções de estudantes da UFPB
2017	Leandro Schoemer Jardim	A compreensão das competências nas rotinas de programação da produção
ARTIGOS CIENTÍFICOS – 11 ESTUDOS		
Ano	Autor	Título
2008	Jorge Alberto dos Santos	Practice firms and networked learning: matches and mismatches
2011	Rubens de Araujo Amaro, Janette Brunstein	As contribuições da fenomenografia para o desenvolvimento da competência profissional nas organizações
2011	Sandra Regina da Rocha Pinto, Bianca Snaiderman	A contribuição do <i>coaching</i> executivo para o aprendizado individual: a percepção dos executivos
2011	Sandra Regina da Rocha Pinto, Gisele Rosenda Araujo Mello Del Carpio	Fatores críticos para a implantação do <i>balanced scorecard</i> : a visão de consultores organizacionais
2012	Rubens de Araujo Amaro, Janette Brunstein	Concepções de empreender e o desenvolvimento da competência empreendedora: um estudo à luz da fenomenografia
2012	Sandra Regina da Rocha Pinto, Paulo Roberto Maisonnave	Inovação e investimentos no setor elétrico brasileiro sob a ótica de gestores de P & D
2013	Rubens de Araújo Amaro, Janette Brunstein	Implicações das concepções de empreender para o desenvolvimento da competência empreendedora
2014	Rubens de Araújo Amaro, Janette Brunstein	As contribuições da fenomenografia para os estudos da competência profissional ¹
2015	Andrea Cherman, Sandra Regina da Rocha-Pinto	Fenomenografia e a valoração do conhecimento nas organizações: diálogo entre método e fenômeno
2015	Gabriela Tavares dos Santos, Anielson Barbosa da Silva	A fenomenografia como estratégia de pesquisa para a educação em Administração
2016	Andréa Cherman, Sandra Regina Rocha-Pinto	Fenomenografia e valoração do conhecimento nas organizações: diálogo entre método e fenômeno ²

Figura 2 Trabalhos que constituíram o foco de análise

Fonte: Bases de dados consultadas.

2 Uma versão preliminar do artigo foi publicada nos anais do EnGPR 2011 e também consta no grupo de artigos analisados nesta pesquisa.

3 Uma versão preliminar do artigo foi publicada nos anais do EnANPAD 2015 e também consta no grupo de artigos analisados nesta pesquisa.

Para a análise completa dos trabalhos definimos algumas categorias que pudessem guiar a avaliação. Elas são oriundas tanto da revisão teórica realizada

sobre o método em discussão, quanto de dados gerais sobre as publicações. A Figura 3 expõe as categorias de análise definidas.

Categoria	Crítérios de análise
Informações gerais do trabalho	a. Instituição de origem b. Orientador (teses e dissertações) / Revista (artigos) c. Ano de publicação
Fundamentos teórico-empíricos	a. Principais autores utilizados para definir/orientar a aplicação do método b. Linha de pesquisa (teses e dissertações) c. Justificativa para uso do método d. Forma de aplicação do método - etapas e. Campo de aplicação
Avaliação	a. Limitações encontradas com o uso do método b. Aspectos favoráveis quanto ao uso do método c. Repercussão do estudo (quantidade de citações / Qualis do periódico)

Figura 3 Categorias e critérios de análise

Com a categoria “informações gerais do trabalho” buscamos trazer dados que representassem uma contextualização geral das pesquisas em termos de origem. Investigamos a instituição a que os autores pertenciam no período em que os trabalhos foram realizados; o orientador (no caso de teses e dissertações) ou a revista na qual o artigo foi publicado e o respectivo ano de publicação.

Em “fundamentos teórico-empíricos” buscamos apresentar os principais autores considerados para definir e orientar a aplicação do método, o que possibilitou verificar a diversidade de pesquisadores que têm discutido a fenomenografia, bem como aqueles que parecem ter maior destaque ou repercussão. Na referida categoria também apresentamos as linhas de pesquisa às quais estão vinculadas as teses e dissertações, objetivando caracterizar as abordagens teóricas dos trabalhos. Na sequência, investigamos as justificativas apresentadas para o uso do método, ou seja, o motivo que guiou seus autores na escolha da fenomenografia. Ainda, em relação aos procedimentos metodológicos, tentamos verificar que técnicas de coleta e análise predominaram e sua inserção às etapas de aplicação. Assim, foi possível aprofundar esse tema que ainda parece pouco claro no âmbito da revisão teórica realizada.

Adicionalmente, na categoria “fundamentos teórico-empíricos”, identificamos os principais temas trabalhados nos artigos relacionados ao campo dos

estudos organizacionais e que foram submetidos ao método fenomenográfico. Para isso, precisávamos definir critérios que representassem e não limitassem a abrangência dos temas de interesse da área, bem como não se constituíssem em categorização influenciada por nossos próprios pressupostos. Assim, optamos por utilizar as divisões acadêmicas organizadas pela ANPAD como critério classificatório, de acordo com os respectivos temas.

Por fim, apresentamos a categoria “avaliação”, que não representa uma avaliação nossa a respeito dos trabalhos analisados, mas dos próprios autores dos artigos em relação à utilização do método. Nesse sentido, pudemos traçar um paralelo com o referencial teórico encontrado, para que fossem apresentadas as limitações e os aspectos favoráveis da fenomenografia como método de pesquisa no contexto da Administração. Como critério complementar à categoria avaliação, verificamos a repercussão dos estudos por meio do levantamento da quantidade de citações dos trabalhos analisados junto ao Google Acadêmico e ao Qualis CAPES Periódicos.

5 RESULTADOS DO ESTUDO

Na sequência, apresentamos os resultados do estudo, em consonância à análise das categorias e critérios explicitados.

5.1 Análise das Informações Gerais dos Trabalhos

Nesta seção buscamos trazer uma contextualização geral dos trabalhos analisados, iniciando pelas **instituições às quais os mesmos são vinculados, considerando a origem identificada nas publicações**. Dos quinze trabalhos *stricto sensu* que utilizaram a fenomenografia, o levantamento permitiu identificar que: das quatro teses, duas são vinculadas à PUC-RIO, uma à UFRJ e uma à Universidade Presbiteriana Mackenzie, no estado de São Paulo. Já quanto às onze dissertações, nove têm origem na PUC-RIO, uma na Universidade Presbiteriana Mackenzie e uma na UFPB. Esses trabalhos são, portanto, provenientes de apenas quatro instituições brasileiras, localizadas na região Sudeste, com exceção de uma (UFPB). As instituições a que os autores dos onze artigos estavam vinculados no momento da publicação, por sua vez, foram cinco: PUC-RIO (cinco artigos), Universidade Presbiteriana Mackenzie (quatro artigos), UFES (4 artigos), UFPB (1 artigo) e *Lancaster University*, do Reino Unido (1 artigo). Vale ressaltar que somente o artigo com origem na *Lancaster University* foi escrito por um único autor; todos os demais apresentam um autor e um coautor que, não necessariamente, pertencem à mesma instituição.

A respeito do **ano de publicação**, todos os trabalhos são publicações atuais. As teses datam de 2012, 2013 e 2016 e as dissertações de 2010 a 2017. Os artigos – com exceção de um, de 2008 –, foram publicados ou apresentados entre 2011 e 2016. Esta informação, juntamente com a identificação dos autores de alguns trabalhos, leva-nos a considerar que a origem dos artigos publicados em revistas e em anais de eventos está vinculada ao período de elaboração das teses e dissertações ou a sua respectiva conclusão, como reforçado a seguir.

Quanto aos **meios de veiculação**, seis dos onze artigos foram publicados nos seguintes periódicos, sem duplicidade: Cadernos EBAPE, da FGV; Revista de Administração e Contabilidade (BASE), da UNISINOS; Revista de Administração e Inovação (RAI), da USP; Revista de Administração FACES *Journal*, da FUMEC; Revista Alcance, da UNIVALI e; Revista de Administração Contemporânea (RAC), da ANPAD.

Os outros cinco trabalhos foram apresentados em eventos científicos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), sendo três no Encontro Anual (EnANPAD) e dois no Encontro de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho (EnGPR).

Em relação à **autoria dos trabalhos**, observamos uma provável relação entre os autores das teses, dissertações e artigos. Três artigos são resultantes de pesquisas de doutorado conduzidas por dois diferentes autores: a) Rubens de Araújo Amaro, cuja tese data de 2012, apresentou dois artigos com sua orientadora, Janette Brunstein, sendo um em 2011 e outro em 2012; b) Andrea Cherman, cuja tese data de 2013, apresentou um artigo com sua orientadora, Sandra Regina da Rocha-Pinto, em 2015. Além disso, Bianca Snaiderman, cuja dissertação data de 2010, apresentou um artigo com sua orientadora, Sandra Regina da Rocha-Pinto, em 2011. Vale destacar que os meios de acesso aos dados não permitiram verificar se a dissociação de autoria entre os demais trabalhos *stricto sensu* e os artigos se justifica por outras possíveis publicações em periódicos ou eventos não contemplados pelo recorte da pesquisa.

Na análise dos **orientadores das teses e dissertações** também verificamos uma replicação significativa de pesquisadores. Sandra Regina da Rocha-Pinto, da PUC-RIO, orientou a maioria dos trabalhos *stricto sensu* (duas das quatro teses e oito das onze dissertações). Janette Brunstein, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, por sua vez, orientou dois deles (uma tese e uma dissertação). Essas mesmas orientadoras colaboraram com a maioria dos artigos, sendo que a primeira figura como autora em cinco deles e a segunda aparece na autoria de quatro, dos onze artigos encontrados.

Tanto a participação de poucas IES brasileiras quanto o restrito número de autores e orientadores envolvidos demonstram, além de uma polarização significativa de instituições e pesquisadores em torno do uso da fenomenografia na produção de trabalhos do campo da Administração, que se trata de um método ainda pouco considerado nos estudos organizacionais, como já evidenciaram Amaro (2012) e Cherman e Rocha-Pinto (2015).

A contemporaneidade dos estudos, por sua vez, evidencia que o uso da fenomenografia neste

campo no Brasil apresenta limitações, é bastante recente e focado em algumas áreas que destacaremos na seção seguinte. Cabe lembrar que o método foi desenvolvido somente na década de 1970, na Suécia, na área da Educação. Dessa forma, pode-se inferir que seu uso não tem longa tradição, mesmo em seu contexto de origem.

O fato de que cinco dos onze artigos foram apresentados em eventos científicos da ANPAD, em contrapartida, sugere uma abertura relativa no campo Administração frente a novas estratégias qualitativas de pesquisa. A contemplação da divisão “Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade” e dos temas “Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologias nos Estudos Organizacionais” e “Estratégias e Métodos de Pesquisa Quantitativos e Qualitativos” pelo EnANPAD, pode ser fator que contribuiu para isso.

5.2 Fundamentos Teórico-Empíricos

No que se refere à categoria de análise “fundamentos teórico-empíricos”, inicialmente buscamos identificar os **principais autores usados para definir e orientar a aplicação do método** nos trabalhos selecionados. Evidentemente, o autor que mais se destacou foi o professor Ference Marton, líder do grupo de pesquisa da *University of Gothenburg* (Suécia), responsável pela criação do método e pelas primeiras publicações a respeito. Nesse domínio, destacam-se citações aos seus dois artigos clássicos “*Phenomenography: describing conceptions of the world around us*”, de 1981, no qual ele apresenta a fenomenografia e seus pressupostos essenciais; e “*Phenomenography: a research approach to investigating different understandings of reality*”, de 1986, no qual os aspectos de operacionalização começam a ser detalhados. Além disso, as demais publicações desse autor com seus colegas de trabalho são frequentemente mencionadas. Ainda, quanto às especificidades do método, as obras de Bowden e colaboradores foram utilizadas para sua conceituação.

O artigo de Akerlind (2005), “*Variation and commonality in phenomenography research methods*”, também foi largamente utilizado quando os autores dos trabalhos buscavam caracterizar o caminho metodológico percorrido, principalmente quanto aos

aspectos de coleta de dados e definição dos sujeitos abordados em suas pesquisas.

Para a caracterização da fenomenografia no âmbito dos estudos organizacionais, praticamente todos os trabalhos fizeram menção aos estudos de Sandberg (1995) sobre a compreensão da competência humana e o seu desenvolvimento nas organizações. No caso das teses, os estudos de Dall’Alba (1996) também foram referenciados para este fim.

As **linhas de pesquisa** dos Programas de Pós-Graduação aos quais os autores dos trabalhos *stricto sensu* pertenciam, à época de publicação, são: “Estudos organizacionais e relações de trabalho em ambiente de mudança” (duas teses); “Gestão humana e social nas organizações” (uma tese e uma dissertação); “Organizações, estratégias, estruturas, processos e sistemas” (uma tese); “Comportamento e estratégia organizacional em ambiente de mudança” (oito dissertações); e “Organizações e sociedade” (uma dissertação).

Os autores das teses foram os principais pesquisadores a argumentaram, na forma de justificativa, o uso da fenomenografia de modo coeso com seu objeto de estudo e com a **corrente epistemológica** adotada. Nos quatro casos são definidas a postura interpretativa e construtivista e a ontologia relacional ou não-dualista, como orientações epistêmico-teóricas dos trabalhos. Tais posicionamentos vão ao encontro do que pressupõe a literatura sobre o método fenomenográfico de pesquisa. Segundo Amaro e Brunstein (2011, p. 12), a fenomenografia tem uma epistemologia interpretativa (“o fenômeno estudado pode ser compreendido a partir dos significados que lhes são atribuídos pelos sujeitos envolvidos”) e uma ontologia relacional. Santos e Silva (2015, p. 4), baseados em Pheralli (2011), também concordam que o posicionamento epistemológico da fenomenografia “pressupõe a construção do conhecimento a partir de uma abordagem sócio-construtivista-interpretativa, que utiliza as descrições de experiências ou concepções para explorar a natureza do conhecimento”; e que a ontologia fenomenográfica é “não dualista” (no sentido integrativo do sujeito com o fenômeno).

Embora nem todos os textos analisados deixem claro a fonte da perspectiva adotada, pode-se dizer que a fenomenografia se baseia na abordagem da Psicologia Genética de Piaget. A própria obra

clássica de Marton (1981) deixa claro que, embora a fenomenografia se afaste em certo grau da abordagem piagetiana, certos aspectos da Psicologia de Piaget fundamentam parte substancial do método. Um ponto em comum entre as abordagens está na ênfase na experiência, pois a fenomenografia busca compreender as experiências dos indivíduos e acessá-las a partir da visão de quem as experiencia (SANTOS; SILVA, 2015); ao mesmo tempo em que Piaget anuncia que para conhecer é necessário experienciar (FONTANA; CRUZ, 1997).

Quanto à **justificativa para uso do método**, de maneira geral poucos dos artigos selecionados a especificaram claramente e com coerência desejável; os autores se dedicaram a apresentar o método, considerando sua pouca utilização no campo da Administração. Há também a ressalva de que dois dos artigos analisados se caracterizam como ensaio teórico. Dessa forma, a justificativa não foi para a aplicação do método, mas sim para a razão para o seu estudo, mostrando como a fenomenografia pode assumir lugar importante nos estudos sobre a competência, na linha dos trabalhos de Sandberg (AMARO; BRUNSTEIN, 2011). Além disso, é evidenciado o fato de a fenomenografia ser uma estratégia de pesquisa ainda pouco explorada nos estudos organizacionais, o que revelaria a necessidade de se reforçar um pouco mais os argumentos e a defesa de seu uso.

Das justificativas apresentadas nos artigos os autores baseiam-se, preferencialmente, em conceitos de fenomenografia de Marton, sem apontar uma relação explícita com os objetivos da pesquisa e o fenômeno pesquisado. Na análise dos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* pouco se observou de justificativa para aplicação do método nas dissertações analisadas. A relação, quando feita, limita-se ao objetivo do estudo, apresentando-o e tentando traçar alguns comentários com os conceitos de fenomenografia. Por outro lado, nos trabalhos oriundos de cursos de doutorado as justificativas foram substancialmente mais bem trabalhadas, também se relacionando aos objetivos da pesquisa. Interessante destacar que em duas das três teses analisadas, os autores consideraram o emprego de outras abordagens, tais como a *grounded theory*, a fenomenologia interpretativa e a fenomenologia descritiva, mas que acabaram por optar pela fenomenografia devido ao objetivo da

pesquisa, sempre vinculado ao foco na experiência dos sujeitos em relação a determinado fenômeno.

Precisamente, dentro do capítulo ou seção de procedimentos metodológicos das teses e dissertações, fomos buscar como os pesquisadores aplicaram o método, seguindo o critério **forma de aplicação do método** do nosso quadro de análise. Neste aspecto, mantivemos o foco na descrição das etapas conduzidas para o alcance dos objetivos e das técnicas utilizadas. No caso dos artigos, as informações poderiam estar presentes também na descrição da própria análise dos dados. Cabe destacar que, no caso das teses, encontramos descrições detalhadas do caminho metodológico fenomenográfico; já nas dissertações tal descrição é mais breve; e, nos artigos, o caminho metodológico é muito sucinto e sem relatos detalhados.

Como inferência dessas constatações, podemos ter em mente que os autores de teses já têm uma inserção e conhecimento mais profundo da atividade de pesquisa científica; assim, o método foi descrito em detalhes (tanto a teoria quanto as etapas conduzidas no trabalho) e houve maior rigor metodológico. As dissertações, de modo geral, não seguiram o mesmo perfil, talvez pelos alunos de mestrado estarem iniciando essa atividade científica.

Em relação aos **sujeitos participantes** das pesquisas, em todos os trabalhos analisados sua definição está de acordo com o preconizado pelo método fenomenográfico, ou seja, sujeitos que experienciam diretamente o fenômeno em estudo. Santos e Silva (2015) sugerem que sejam apresentadas as características dos participantes, e assim foi realizado nos trabalhos: alguns mais detalhadamente, em forma de figuras, outros mais sucintamente. O número de sujeitos abordados nas pesquisas, de um modo geral, apresenta-se de acordo com o sugerido por Bowden (1996) e Bowden e Green (2005), ou seja, de vinte a trinta participantes, com variação de, no máximo, cinco, para mais ou para menos. Há a exceção de dois artigos que indicam a participação de, respectivamente, cinco e nove sujeitos. Conforme a descrição dos procedimentos adotados nas pesquisas, os sujeitos foram definidos intencionalmente, mas sob critérios que permitissem o aumento da variedade das percepções sobre a experiência de autonomia no trabalho.

Sobre as **técnicas utilizadas**, foi unânime nos trabalhos o uso de entrevistas. Santos e Silva (2015), baseados em suas pesquisas sobre o método fenomenográfico, identificam que os principais autores sugerem a realização de entrevistas em três tempos para contribuir com o processo de reflexão. Os pesquisadores dos trabalhos contemplados pelo recorte da pesquisa realizaram entrevistas individuais, normalmente com roteiros semiestruturados, mas baseados em poucas perguntas, centrais e abertas (de uma a cinco perguntas).

Quanto à **etapa de análise dos dados**, identificamos a dificuldade dos pesquisadores em detalhar sua execução, talvez pelo fato de que a própria fenomenografia, de uso recente nos estudos organizacionais, careça de trabalhos que enfatizem tal procedimento analítico. Na percepção de Dunkin (2000), os desafios de aplicação da fenomenografia nos estudos organizacionais giram principalmente em torno da falta geral de familiaridade com a abordagem, da linguagem (que difere da tradicionalmente utilizada pelos pesquisadores em Administração) e dos conceitos fora do campo original de investigação. Além disso, há falta de clareza sobre como operacionalizar o método. Portanto, há necessidade de que os fenomenógrafos experientes continuem a refinar essas questões (DUNKIN, 2000).

Vale ressaltar que Marton (1986) já havia alertado que não é possível especificar técnicas exatas de análise para a pesquisa fenomenográfica, uma vez que não há algoritmos que permitam desvendar as maneiras qualitativamente diferentes pelas quais as pessoas experienciam ou conceituam um fenômeno. No entanto, ele aponta para três etapas gerais, iniciando com a transcrição das entrevistas.

Nos trabalhos analisados, os autores ressaltaram a realização de tal procedimento: praticamente todos realizaram a transcrição das gravações de entrevistas na íntegra. Posteriormente, identificamos uma dificuldade dos pesquisadores em explicar como, a partir das transcrições, chegaram às primeiras categorias ou ao “conjunto de significados”. Apenas em alguns trabalhos os autores conseguiram demonstrar, por meio de figuras, os primeiros significados que, com novas diferenciações, deram origem às categorias finais correspondentes aos resultados da pesquisa, ou seja, ao “espaço de resultados”.

Autores como Marton (1986), Santos e Silva (2015) e Cherman e Rocha-Pinto (2015) destacam que, após a diferenciação das categorias umas das outras, elas devem ser dispostas hierarquicamente. Tal procedimento de hierarquização foi, em sua maioria, realizado pelos pesquisadores em suas teses e dissertações; entretanto, não foi verificado em todos os artigos analisados. Considerando que, dos nove artigos dois são ensaios teóricos, não haveria categorias para ser hierarquizadas – questão apontada pelos autores na análise. Dos sete artigos teórico-empíricos, quatro não realizaram ou não apresentaram a hierarquia no espaço de resultados; enquanto que outros três demonstraram tal processo. Destes três, dois eram dos mesmos autores e correspondem a um artigo publicado nos anais do EnANPAD e, posteriormente, em uma revista científica.

Em relação à **validação da análise**, Bowden (2000) destaca ser um aspecto que pode suscitar críticas à fenomenografia devido à falta do poder de previsão, aos vieses dos pesquisadores e à negação da voz do indivíduo diante da categorização. Assim, algumas pesquisas utilizaram outras fontes de dados, como documentos, para auxiliar na análise, ou se assumiram como realizando a triangulação de dados a fim de validar as categorias emergentes por meio de grupos focais. Cherman e Rocha-Pinto (2016) destacam que a combinação de métodos permite, além da verificação mais precisa dos dados fenomenográficos, também a validação e, especialmente, o aprofundamento da compreensão dos achados da pesquisa.

Por fim, no que se refere ao **campo de aplicação do método**, que representa o principal campo de pesquisas ao qual o trabalho pode ser vinculado dentro das divisões acadêmicas organizadas pela ANPAD, inserimos os nove trabalhos *stricto sensu* na divisão temática “Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho”. Neste grupo destacam-se, como temas das teses analisadas a competência, a autonomia no trabalho e a valoração do conhecimento, de certo modo aproximando-se entre si em termos de níveis de análise e enfoques teóricos. Também no grupo das dissertações aparecem trabalhos com temas similares, acrescentando-se a aprendizagem individual, o papel estratégico de recursos humanos, a prática de valores e a gestão de mudanças.

Os artigos, por sua vez, seguem a mesma caracterização, com alguns acréscimos. Cinco dos onze estudados são posicionados como “Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho”, abordando temas, principalmente, de competência e aprendizagem. Quatro são localizados dentro da divisão “Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade”, pois, embora dois deles sejam teórico-empíricos, focalizaram a dimensão metodológica, a aprendizagem e a formação acadêmica; enquanto que os outros dois foram exclusivamente teóricos. Os dois últimos artigos são relacionados ao campo de “Estratégia em Organizações” e “Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

5.3 Avaliações e Repercussões

A última categoria de análise consiste em critérios de avaliação e repercussões do uso do método fenomenográfico nos trabalhos selecionados. Cabe ressaltar que nem todos os trabalhos explicitam os critérios aqui definidos. Em relação aos artigos, principalmente, nem de forma implícita foram encontradas observações dos autores quanto ao uso da fenomenografia, como esclareceremos nos parágrafos seguintes.

Inicialmente, verificamos que nenhum dos artigos mencionou quaisquer **aspectos favoráveis ou limitações** relacionadas a operacionalização do método fenomenográfico, mas sim aspectos que a literatura sobre o método aborda como positivos ou negativos. O mesmo padrão foi observado nas dissertações, que descreveram apenas alguns fatores restritivos da fenomenografia, segundo a própria teoria, sem relacioná-los à sua própria experiência. Por outro lado, os autores das três teses trabalhadas expuseram suas impressões acerca do emprego do referido método de pesquisa qualitativa. As limitações relatadas com maior frequência, neste caso, estão relacionadas aos seguintes aspectos: falta de experiência do pesquisador no uso do método (resultando em insegurança para tomar certas decisões metodológicas); dificuldade para aprender sobre sua operacionalização; dificuldade no processo de análise dos dados (que é lento, cansativo, tedioso e estressante); ausência de especialistas da área no Brasil para discutir sobre as categorias descritivas elaboradas, dentre outras questões; problema de explorar

outros tópicos relativos ao objeto em estudo (devido ao aprofundamento de análise da fenomenografia); dificuldade na representação da complexidade dos dados analisados; falta de detalhamento metodológico; e excesso de contradições encontradas na própria literatura (resultando em conflitos entre o que a teoria diz e a necessidade prática dos pesquisadores).

Como reconhece Lopes (2012, p. 220), autora de uma das teses analisadas, “todo o processo de pesquisa foi difícil e permeado de impressões e sentimentos ambíguos”. Esta autora faz um comentário sobre a ausência de literatura com informações sobre os procedimentos metodológicos da fenomenografia:

A análise de dados na fenomenografia é um estágio da pesquisa bastante criticado no final da década de 1990 pela ausência de publicações com informações sobre os procedimentos para a realização desta tarefa e pela ausência de critérios para a realização de uma análise crítica dos procedimentos utilizados e resultados apresentados. (LOPES, 2012, p. 107).

Relativamente aos aspectos positivos, não houve detalhamento quanto as etapas e a aplicação do método em si, mas algumas observações foram feitas no sentido de que a fenomenografia permitiu aos autores alcançar os objetivos propostos, viabilizando novas definições em relação ao objeto de estudo e lhes confirmando que o mesmo fenômeno pode ser experienciado de diferentes formas. Cherman (2013), por exemplo, relata que o método revelou a construção social acerca da valoração do conhecimento, por meio das narrativas das vivências dos entrevistados.

Esta mesma autora, em seu artigo de 2015, argumenta sobre a “capacidade do método fenomenográfico em capturar a dinâmica de movimento bidirecional dos sujeitos em experimentar o fenômeno; o *continuum* ininterrupto entre as concepções; e a trajetória dinâmica e flexível dos indivíduos pelas concepções do fenômeno no tempo e espaço em relação ao contexto” (CHERMAN, 2015, p. 2). Tais elementos foram indicados pela autora como “achados fortuitos” de seu estudo fenomenográfico que não foram, segundo ela, relatados pela literatura. Dessa forma, apontou como aspectos positivos “a capacidade do método em capturar a fluidez de trânsito dos sujeitos pelas diferentes categorias descritivas encontradas no fenômeno, até o nível de sua consciência focal” (CHERMAN, 2015, p. 2). No entanto, ela

ressalta a importância de discutir se os seus achados fortuitos estão associados diretamente ao método fenomenográfico ou se são aspectos referentes ao fenômeno que estudou (valoração do conhecimento no contexto do trabalho).

Quanto às **repercussões dos estudos**, nenhum deles apresentou quantidade significativa de citações no Google Acadêmico. A tese mais citada foi “Valoração do conhecimento nas organizações: percepções dos indivíduos e impactos nas práticas organizacionais”, de Andrea Cherman (PUC-RIO, 2013); e a dissertação mais citada foi “A contribuição do *coaching* executivo para o aprendizado individual: a percepção dos executivos”, de Bianca Snaiderman (PUC-RIO, 2010). Ambos os trabalhos foram orientados por Sandra Regina da Rocha-Pinto e, de acordo com a publicação do Google Acadêmico, os referidos trabalhos foram citados por outras duas publicações. Do ponto de vista quantitativo, o artigo que parece ter sido mais influente foi “Fatores críticos para a implantação do *balanced scorecard*: a visão dos consultores organizacionais”, de Sandra Regina da Rocha Pinto e Gisele Rosenda Araújo Mello Del Carpio, publicado na Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos e citado dez vezes em outros trabalhos. É importante ressaltar que, em nenhum dos casos as citações foram feitas pelos próprios autores.

Por fim, em termos qualitativos, cabe mencionar que a tese de Andrea Cherman recebeu menção honrosa do Prêmio CAPES de Tese, em 2014. Seu artigo, oriundo deste mesmo trabalho e desenvolvido com Sandra Regina da Rocha-Pinto, também foi premiado no XXXIX EnANPAD, em 2015.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo buscamos identificar a utilização, os desafios metodológicos e as perspectivas de uso do método fenomenográfico no contexto dos estudos no campo da Administração no Brasil. Com vistas a alcançar este propósito, inicialmente realizamos um resgate teórico da fenomenografia. Na sequência, realizamos uma revisão sistemática de teses, dissertações e artigos científicos que utilizaram o método e que foram publicados no Brasil até 2017, para posterior análise.

A análise de 26 trabalhos – quatro teses, onze dissertações e onze artigos – permitiu evidenciar que o uso da fenomenografia, no campo da Administração no Brasil, teve início há aproximadamente dez anos. Não dispusemos de dados sobre como tem sido a aceitação desta metodologia em periódicos científicos nacionais; entretanto, haja vista as publicações encontradas, inferimos que a fenomenografia tem sido reconhecida como uma possibilidade de aplicação em estudos voltados à compreensão dos fenômenos sociais que permeiam a realidade das organizações brasileiras. Tal indicativo também parece significativo nos eventos da ANPAD, nos quais os artigos desenvolvidos com o uso do método têm se propagado desde 2011, sobretudo em relação a fenômenos como competência e aprendizagem individual e organizacional.

A principal dificuldade observada nos trabalhos analisados, como já esperado a partir da literatura, diz respeito à aplicabilidade da fenomenografia. Antes de fazer uso do método em si, os autores, de forma geral, precisaram dedicar-se ao seu estudo como “objeto”, haja vista a recente emergência do seu uso no campo em evidência. Em que pese o particular esforço dos autores para caracterizar a fenomenografia como um método de pesquisa aplicável ao(s) fenômeno(s) de interesse, consideramos que tão importante quanto essa caracterização é compreender a relação entre sujeito e fenômeno e a forma como o método é capaz de viabilizar o diálogo entre ambos. Assim, busca-se assegurar a cientificidade e o rigor metodológico necessários, como visto nas teses de doutorado analisadas que, em relação aos demais trabalhos, mais bem representaram as justificativas ontológicas, epistemológicas e metodológicas para o uso da fenomenografia.

Possivelmente, devido ao alto nível de exigência e ineditismo atribuído às pesquisas doutorais, os trabalhos dessa natureza foram os mais cuidadosos em relação à descrição das etapas que constituíram a aplicação do método, inclusive quanto às dificuldades enfrentadas ao longo do processo. Tais dificuldades têm origem, sobretudo, na falta de orientação ou nas contradições encontradas na própria literatura sobre o método, no seu recente e, principalmente, limitado uso e desenvolvimento no campo da Administração. Em nossa percepção, a descrição de tais etapas

representa um fator crucial à questão da validade, que talvez represente a principal tensão da pesquisa qualitativa.

O presente estudo nos permitiu considerar a fenomenografia como uma abordagem com potencial significativo na busca pela compreensão dos fenômenos sociais, a partir das diferentes formas pelas quais os indivíduos os experienciam. No âmbito dos fenômenos organizacionais, as distintas percepções da realidade podem auxiliar na compreensão e na previsão de comportamentos frente aos processos de mudança, desenvolvimento de novas práticas, inovações e transformações que são inerentes à realidade contemporânea das organizações. Sua abertura quanto à complementaridade de outros métodos de pesquisa é um fator contributivo ao seu uso nas ciências sociais e, mais especificamente, no campo da Administração, uma vez que a integração entre diferentes abordagens pode auxiliar o pesquisador qualitativo a ter um olhar mais aproximado do “todo”. Em relação aos aspectos do “todo”, Chanlat (1996) nos lembra que o ser humano produz representações do mundo atribuindo-o de significados, uma vez que se encontra inserido em dimensões de espaço, tempo e sob a influência de elementos contextuais. Considerando tais dimensões e contextos, a fenomenografia apresenta o potencial de permitir captar as representações elaboradas pelos sujeitos, colocando o pesquisador como um “confeccionador de colchas”, que “costura, edita e reúne pedaços da realidade” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 19).

Apesar da expectativa de que a fenomenografia se torne um método de pesquisa convencional, com influência para muito além da área da educação, reconhecemos que sua aplicação além do campo de investigação no qual foi concebida não ocorre sem dificuldades. Há, ainda, uma evidente falta de clareza sobre como operacionalizá-la, mesmo em seu contexto de origem. Por outro lado, algumas das críticas apontadas ao método, como sua dificuldade de validação, falta de poder de previsão e vieses dos pesquisadores, estão intimamente relacionadas com a própria produção científica inerente às pesquisas qualitativas, não sendo exclusivas da fenomenografia. Nesse sentido, permanecem necessários os refinamentos de parte de fenomenógrafos experientes e,

ao mesmo tempo, que a aplicação desse método seja experienciada em outros campos.

Nosso intuito foi, portanto, apontar para as possibilidades de usos e empregos de um método alternativo no campo dos estudos organizacionais, a partir de trabalhos já realizados. Nesse sentido, o artigo não esgota as discussões em torno da fenomenografia no campo da Administração, mas procura contribuir por meio da caracterização de um método de pesquisa emergente, considerando suas potencialidades, seus limites e desafios, explorados a partir da análise de experiências de pesquisas científicas desenvolvidas no Brasil. Diante dos resultados evidenciados, sinalizamos sobre a relevância de se investir em novos estudos sob a orientação da fenomenografia, avaliando e reconhecendo suas perspectivas de contribuição para o campo. Nesse sentido, destacamos o mérito dos pesquisadores que se propuseram e se propõem a realizar tal feito, mesmo diante das dificuldades encontradas no percurso.

■ REFERÊNCIAS

AMARO, R. de A; BRUNSTEIN, J. As contribuições da fenomenografia para o desenvolvimento da competência profissional nas organizações. **III Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, João Pessoa, 2011.

AMARO, R. de A. **Concepções de empreender e o desenvolvimento da competência empreendedora: um estudo à luz da fenomenografia**. Tese (Doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

BOWDEN, J. The nature of phenomenographic research. In: BOWDEN, John. WALSH, Eleanor. **Qualitative research methods: Phenomenography**. Australia: RMI Publishing, 2000.

_____. Phenomenographic research: some methodological issues. In: DALL'ALBA, G.; HASSELGREN, B. **Reflections on Phenomenography: towards a methodology?** Sweden: ACTA Universitatis Gothoburgensis, 1996. pp. 49-66.

- BOWDEN, J.; GREEN, P. **Doing developmental phenomenography**. Melbourne: PMIT Publishing, 2005.
- CIBANGU, S.; HEPWORTH, M. The uses of phenomenology and phenomenography: a critical review. **Library & Information Science Research**, 2016.
- CHANLAT, J. F. Por uma Antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996 (v.1) p.21-45.
- CHERMAN, A.; ROCHA-PINTO, S. R. Fenomenografia e a valoração do conhecimento nas organizações: diálogo entre método e fenômeno. **XXXIX EnANPAD**, Belo Horizonte, 2015.
- _____. Fenomenografia e Valoração do Conhecimento nas Organizações: Diálogo entre Método e Fenômeno. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 20, n. 5, p. 630-650, 2016.
- CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 2003, p. 63-69, 2012.
- DALL'ALBA, G.; HASSELGREN, B. **Reflections on Phenomenography: towards a methodology?** Sweden: ACTA Universitatis Gothoburgensis, 1996. pp. 49-66.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.
- DUNKIN, R. Using Phenomenography to study organizational change. In: In: BOWDEN, J. WALSH, E. **Qualitative research methods: Phenomenography**. Australia: RMI Publishing, 2000.
- FELDON, D.; TOFEL-GREHL, C. Phenomenography as a foundation for mixed models research. **American Behavioral Scientist**. 2018, p. 1-13.
- FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1997.
- GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. Investigação qualitativa – tensões e transformações. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LARSSON, J.; HOLMSTROM, I. Phenomenographic or phenomenological analysis: does it matter? Examples from a study on anaesthesiologists' work. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being**, n. 2, 2007, p. 55-64.
- MARTON, F. Phenomenography: describing conceptions of the world around us. **Instructional Science**. n. 10, p. 177-200. Amsterdam, 1981.
- _____. Phenomenography: a research approach to investigating different understandings of reality. In: SHERMAN, R.; WEBB, R. **Qualitative research in Education: focus and methods**. London: Falmer Press, 1986.
- _____. **Necessary conditions of learning**. New York: Routledge, 2015.
- MARTON, F.; PANG, F. M. Meanings are acquired from experiencing differences against a background of sameness, rather than from experiencing sameness against a background of difference: putting a conjecture to the test by embedding it in a pedagogical tool. **Frontline Learning Research**, v. 1, 2013, p. 24-41.
- RICHARDSON, J. The concepts and methods of phenomenographic research. **Review of Educational Research**, v. 69, n. 1, 1999, p. 53-82.
- SANDBERG, J. **Are phenomenographic results reliable?** Nordisk Pedagogik. v. 15. 1995.
- SANTOS, G. T.; SILVA, A. B. A fenomenografia como estratégia de pesquisa para a educação em administração. **XXXIX EnANPAD**, Belo Horizonte, 2015.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SIN, S. Considerations of quality of phenomenographic research. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 9, n. 4, 2010, p. 305-320.

TIGHT, m. Phenomenography: the development and application of an innovative research design in higher education research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 19, n. 3, 2016, p. 319-338.

WALSH, E. Phenomenographic analysis of interview transcripts. In: **Qualitative research methods: Phenomenography**. Australia: RMI Publishing, 2000.